



JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Revolução de Outubro

«Enquanto existir o Estado não haverá liberdade; quando houver liberdade, não haverá Estado».

Lénine, in «O Estado e a Revolução»

«Graças à polémica que com eles sustentamos, fizemo-los declarar que a liberdade ou a anarquia, quer dizer, a organização livre das massas trabalhadoras de baixo para cima, é o fim último da evolução social, e que todo o Estado, sem exceptuar o Estado popular, é um jugo que, por um lado engendra o despotismo, por outro a escravatura».

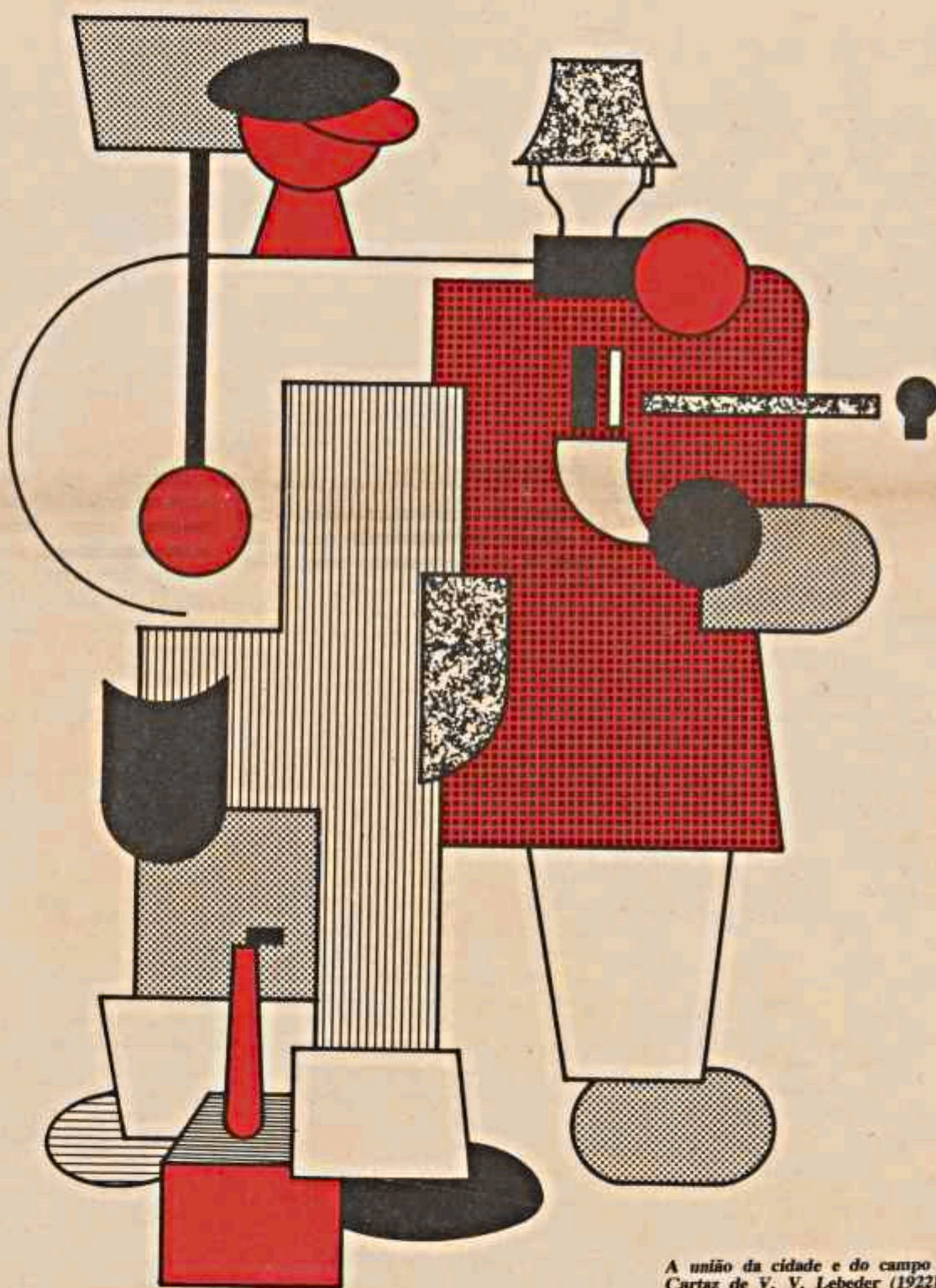
Bakounine

«Somos pelo desaparecimento gradual do Estado... A fórmula marxista consiste em manter o desenvolvimento do poder estatal com o fim de preparar as condições para o desaparecimento gradual do Estado».

Estaline, in discurso no 16º Congresso da URSS

«Declaram que uma tal ditadura é um meio transitório inevitável para atingir a emancipação integral do povo: o objectivo é a anarquia ou a liberdade; o Estado ou a ditadura, o meio. Por conseguinte, para emancipar as massas trabalhadoras é preciso começar por as subjugar.»

Bakounine



A união da cidade e do campo
Cartaz de V. V. Lebedev (1922)

Sumário

Sindicatos e Partidos	pág. 2	Os Dois Outubros	pág. 6
Revolução Russa	pág. 3	Linha de Fogo - Comício da LUAR	pág. 7
Campos, Fábricas e Oficinas	págs. 4 e 5	Editorial - Anarquistas na Revolução	pág. 8

SINDICATOS & PARTIDOS

Nos primeiros tempos do capitalismo os sindicatos surgiram espontaneamente dos operários que tentavam melhorar a sua situação. Localmente, de modo episódico, surgiram directamente dos movimentos de protesto e reivindicação.

Mais tarde a organização reforçou-se, ganhando proporções mais vastas e duradouras: comités de entreauxílio, sociedades de socorros mútuos, etc., que se transformaram em sindicatos de ofício, depois em sindicatos de indústria, em federações de indústria e em confederação, forma actual do sindicalismo.

Esta evolução histórica prolongou-se durante um século. Os políticos, quer socialistas quer burgueses, prestaram sempre grande atenção ao sindicalismo. E de igual modo o patronato, que, em prol dos seus interesses na empresa, utiliza cada vez mais os serviços deste tipo de organização. Um exemplo é a CTF.

Dentro do movimento socialista opõem-se diferentes concepções sindicais. Estas teorias assumem uma importância capital na medida em que explicam a prática das organizações que hoje influenciam o proletariado. Por isso se torna necessário conhecer essas teorias para compreender a actuação dessas organizações. Tanto o PCF como as diversas organizações revolucionárias que esperam suceder-lhe, reclamam-se do mesmo mestre, Lênine (que de resto nunca esteve sindicalizado).

Consciência de classe e proletariado

Um primeiro ponto para compreender a teoria leninista dos sindicatos resulta da resposta à seguinte interrogação: De que modo atingem os trabalhadores uma consciência socialista?

A história de todos os países confirma que a classe operária, abandonada a si mesma, só poderá atingir uma consciência trade-unionista, isto é, a convicção da necessidade de se agrupar em sindicato, de lutar contra o patronato, de exigir do governo tal ou tal medida, etc. A doutrina socialista surgiu de teorias filosóficas, históricas, económicas, elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, os intelectuais. Pela sua posição social, Marx e Engels, fundadores do socialismo científico contemporâneo, eram intelectuais burgueses. Do mesmo modo, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu independentemente do crescimento espontâneo do movimento operário; foi o resultado natural e fatal da evolução ideológica dos intelectuais socialistas revolucionários.

(Lenine, IV, 384-5) (1)

Todo o seu pensamento se pode resumir a uma frase: «... o desenvolvimento espontâneo do movimento operário tende a subordiná-lo à ideologia burguesa...».

A classe operária não é capaz, por si mesma, de reconhecer «a oposição irreconciliável dos seus interesses com a ordem política e social contemporânea»; não pode chegar a compreender a necessidade da luta pelo socialismo. O socialismo deve-o a classe operária aos «representantes instruídos das classes possuidoras...», aos «intelectuais burgueses».

A consciência socialista não depende do «crescimento espontâneo do movimento operário», porque ele só pode apropriar-se duma ideologia burguesa; o seu destino é, do ponto de vista ideológico, estar «submetido» à burguesia. O único argumento que Lenine encontra para justificar a sua tese é o seguinte:

Mas porque é que o movi-

mento espontâneo, que segue a lei do menor esforço, tende a ser dominado pela ideologia burguesa? Pela simples razão de que, cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais elaborada sob todos os aspectos, e possui meios de difusão incomparavelmente maiores.» («Que fazer?»).

Sem mais explicações, Lenine entrincheira-se por trás da autoridade de Kautsky, que era então o leader do movimento socialista-marxista:

São os intelectuais burgueses e não o proletariado quem detém o conhecimento científico; foi com efeito na mente de alguns indivíduos deste grupo que nasceu o socialismo contemporâneo e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais evoluídos que o introduziram depois, onde as circunstâncias o permitiam, na luta de classes do proletariado. Portanto, a consciência socialista é um elemento exterior importado para a luta de classes do proletariado e não um elemento surgido espontaneamente.» (Kautsky, «As três origens do Marxismo»), citado por Lênine (1)

Do que ficou dito, é evidente que o proletariado não pode ultrapassar sozinho o estágio de luta económica, reivindicativa, pois não atinge, só por si, a consciência socialista.

Pelo contrário, a luta para o socialismo deve ser conduzida pelos círculos intelectuais da burguesia, já que a consciência socialista é deles que provém.

O socialismo só é «introduzido» na luta de classes na medida em que certos «proletários intelectualmente mais evoluídos» são influenciados pela propaganda desses intelectuais. São necessárias portanto duas organizações distintas, uma de luta económica correspondente a um estágio de desenvolvimento «intelectual» dos operários e uma organização dos revolucionários.

As organizações operárias para a luta económica devem ser organizações profissionais. Todo o operário social-

democrata deve apoiar tanto quanto possível estas organizações e nelas trabalhar activamente. Decerto! Mas não nos interessa restringir aos social-democratas a filiação nos sindicatos, pois que isso reduziria a nossa influência sobre as massas. Deixemos participar no sindicato todo o operário que compreende a necessidade de se unir para lutar contra os patrões e o governo.

O fim dos sindicatos não se atingiria se não agrupassem todos aqueles que atingem pelo menos este grau elementar de compreensão, se os sindicatos não fossem suficientemente amplos. E quanto maiores, maior a nossa influência sobre eles, não só em consequência do desenvolvimento «espontâneo» da luta económica, mas também pela acção consciente e directa dos membros socialistas dos sindicatos sobre os seus camaradas» («Que fazer?»).

Se Lênine, em princípio, defende a teoria dos sindicatos alargados, abertos a todos os operários interessados em travar uma luta económica contra os patrões, é muito menos para facilitar o desenvolvimento do movimento sindical do que para buscar ao partido uma forma de exercer a direcção do movimento operário. Quando Lênine fala de «neutralidade» sindical, tem por finalidade única evitar que a direcção do sindicato pelo partido se torne demasiado «visível», levando assim a uma retração do recrutamento. Conservando as aparências duma «neutralidade» sindical, o sindicato mantém o seu carácter de massa e mantendo-o garante ao partido a extensão da sua influência sobre a classe operária. A teoria da pretensa neutralidade sindical não é na realidade mais que a teoria da subordinação do sindicato ao partido, de acordo com a tese de que a ideologia do movimento sindical conduz à ideologia burguesa e de que o movimento operário tende «espontaneamente», pelas leis do seu próprio desenvolvimento, a refugiar-se «sob a asa da burguesia».

AS BASES DA TEORIA LENINISTA DOS SINDICATOS

Que direcção?

A teoria de Lênine, com o decorrer dos anos, sofreria flutuações. Assim, em «Um passo em frente, dois passos para trás», afirma que «os sindicatos devem agir sob o controlo e direcção das organizações social-democratas» (3). Paradoxalmente, isto não contradiz a «neutralidade» dos sindicatos: trata-se unicamente de não restringir o campo de recrutamento dos sindicatos e de eliminar a influência dos sindicatos sobre o partido, para que se não possa responsabilizar o partido pela acção dos sindicatos. Este último ponto tornar-se-á a essência da teoria da «neutralidade» sindical de Lênine.

A forma da teoria modificar-se-á, não a sua essência: primeiro, a ideia de que os sindicatos devem depender directamente da direcção do partido, «a ligação orgânica»; depois, a dominação dos sindicatos pelo partido, por meio das células de empresa — mantendo o sindicato uma neutralidade formal em relação àquele — não são mais que duas formas de encarar a direcção pelo partido.

O essencial da teoria leninista sobre os sindicatos resume-se portanto a dois pontos:

O movimento operário espontâneo é o trade-unionismo... o trade-unionismo é precisamente a sujeição ideológica dos operários à burguesia» («Que fazer?»).

E portanto necessário que o movimento operário ultrapasse este estágio, que seja «educado»; esta educação será ministrada pelo partido, constituído por intelectuais burgueses e pelos proletários intelectualmente mais dotados, acima referidos.

Esta tarefa é necessária porque:

O movimento operário só ul-

trapassa o estágio embrionário infantil e só se torna num movimento de classe quando se lança na luta política.» («Que fazer?»).

Esta luta política é dirigida pelo partido, que é o mestre-escola do proletário-criança.

Se é verdade que o movimento operário só se transforma num movimento de classe quando se lança na luta política, as afirmações de Lênine, segundo as quais o movimento operário espontâneo é «a sujeição ideológica dos operários à burguesia» e que o proletariado é «incapaz de elaborar uma ideologia independente», são falsas.

A história mostra com efeito que na mesma época em que Lênine teorizava a sua doutrina sindical, o proletariado francês elaborava precisamente uma teoria independente — o sindicalismo revolucionário.

Os nossos camaradas do início do século ainda hoje nos mostram o caminho: uma organização de massa não pode ser «neutra», ela representa necessariamente a expressão dos interesses de dadas camadas sociais. É por isso que a «neutralidade» sindical — compreendida como um apolitismo completo e simplesmente reivindicativo — assim como a pretensa incapacidade do proletariado para elaborar uma doutrina própria são abstrações destinadas a justificar a dominação burguesa sobre o proletariado, quer seja a de uma «intelligentsia» paramentada com as virtudes revolucionárias e transformada em classe burocrática dominante, como na URSS, ou simplesmente o reformismo de velha cepa ao serviço dos interesses do capital e do Estado.

(1) A acreditar nestas duas citações, o que «fez» a história, o seu motor, é a ideologia burguesa! Após as litanias sobre o papel preponderante das forças produtivas que determinam numa grande escala o comportamento das classes sociais e a sua natureza, devemos pensar que Lênine após Kautsky cai no «idealismo pequeno-burguês»? Eis uma ilustração do que os marxistas-leninistas chamam análise materialista da história!

(2) Não esqueçamos que os bolcheviques (minoritários) eram na época (1902) uma tendência do partido operário social-democrata da Rússia. Em 1918 os social-democratas bolcheviques tomaram o nome de comunistas. Para Lênine social-democrata significa revolucionário partidário do marxismo.

(3) Em 1929 a Internacional comunista encarrega os comunistas de levarem a seguinte moção a um congresso da

CGTU: «... O congresso precisa, enfim, a sua determinação de trabalhar em todos os terrenos, em estreita concordância com o partido comunista, único partido do proletariado, e da luta das classes revolucionárias que, através de todas as batalhas do período transacto, conquistou o lugar de única vanguarda proletária, dirigente do movimento operário.»

O congresso, onde estava ainda presente a influência dos sindicalistas revolucionários, juntou uma adenda para atenuar o exclusivismo da declaração:

«A proclamação deste papel dirigente e o seu reconhecimento não poderão ser interpretados como subordinação do movimento sindical...»

A Internacional comunista devia mostrar mau humor.

«... Esta adenda atenua e revê de facto a definição do papel dirigente contida no texto primitivo.»

Vê-se por este exemplo a continuidade de acção do Partido Comunista para adquirir o papel dirigente, ontem manifesto e hoje dissimulado, sobre as organizações de classe.

A REVOLUÇÃO RUSSA

REFLEXOS EM PORTUGAL

Os primeiros acontecimentos revolucionários na Rússia em 1917 começaram a ser conhecidos entre nós de mistura com o noticiário da guerra, e naturalmente desfigurados pelas agências noticiosas, mas eram acolhidos com muito interesse pelos trabalhadores, animados pela propaganda sindicalista e libertária que se desenvolveu contra o capitalismo e a própria guerra.

A dificuldade das relações internacionais derivada do estado de guerra na Europa só permitiu que as notícias provinidas das organizações revolucionárias e internacionais, mais precisas, chegassem mais tarde ao nosso conhecimento.

A derrocada do czarismo, a socialização da terra e a reivindicação de todo o poder aos soviets correspondiam aos anseios revolucionários dos trabalhadores. E os primeiros apelos para a solidariedade internacional da Federação Internacional dos Transportes ainda que reformista, encontrou o decidido apoio dos sindicatos e da CGT. Era a esperada revolução.

O desenvolvimento do movimento sindicalista, que marcou um passo decisivo no Congresso de Tomar com a criação da UON, em 1919, no Congresso de Coimbra transformava-se em CGT, afirmando-se a posição anarco-sindicalista na preocupação da preparação revolucionária já entrevista. No mesmo ano alguns militantes sindicalistas, entusiasmados com o programa maximalista do partido leninista, constituem a Federação Maximalista, que preconizava a defeza da linha daquele programa.

O seu objectivo é «difundir os princípios doutrinários do sindicalismo comunista, admitindo transitoriamente a acção do poder revolucionário exercido em ditadura pelos conselhos de operários ou soviets» (art. 1.º), e no art. 2.º afirmava-se que a ditadura do proletariado como o regime dos soviets eram «considerados meras práticas experimentais... e entendendo-se que a organização soviética é o melhor auxiliar do sindicalismo revolucionário e a ditadura proletariana o melhor caminho para o comunismo».

O comunismo entendia-se então no integral significado do termo: a posse comum de toda a riqueza social pela comunidade humana.

Estabelecem-se amplos debates entre anarquistas e sindicalistas com os maximalistas, e a «Bandeira Vermelha», órgão maximalista, no seu n.º 2, de Outubro de 1919 esclarece que todos os seus componentes «são em princípio anarquistas e sindicalistas revolucionários, adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou soviéticos...»

A polémica foi mais viva em torno da ideia de ditadura do proletariado recusada, mas era comum e viva a esperança do lema revolucionário: «TODO O PODER AOS SOVIETES»,

que correspondia aos postulados libertários generalizados.

A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Outros acontecimentos revolucionários decorriam na Europa que avigoravam as esperanças libertárias, e se algumas haviam perecido, o seu espírito e a sua experiência vinham confirmar as nossas posições ideológicas. A revolução húngara e a revolução alemã vinham confirmar as nossas convicções libertárias; a tomada das fabricas na Itália outro incentivo.

Ao mesmo tempo entre nós começam a aparecer as teses da oposição operária russa, com a conhecida figura de Kollontai, a história das lutas memoráveis dos Macnovistas contra os exércitos alemães e depois batidos pelo exército vermelho, a revolta dos marinheiros de Kronstadt. As esperanças e as elites revolucionárias da revolução iam sendo massacradas, para se erguer um poder duma nova classe que extinguiu mortalmente a famosa consigna: **TODO O PODER AOS SOVIETES!**

Não é sem razões que a constituição da Internacional Sindical Vermelha, depois das centrais sindicais se terem mostrado relutantes em aceitar a alienação aos partidos comunistas que se integravam na Internacional Comunista, não encontra grande acolhimento entre nós, embora tivéssemos enviado um delegado, Perfeito de Carvalho, que não assistiu ao Congresso por haver chegado tarde, regressando a Portugal sem qualquer documento elucidativo do que lá se passou.

sindicalistas que não concordaram com a alienação da ISV à Internacional Comunista reuniram a Conferência Preliminar Sindicalista, de onde nasceu a AIT.

Dos reflexos destes acontecimentos em Portugal resultou a constituição de duas agrupamentos: o grupo «Partidários da Internacional Sindical Vermelha» e o Partido Comunista, ambas derivadas da Federação Maximalista.

APARECE UM PARTIDO

Embora a CGT e o seu órgão «A BATALHA» reafirmasse a sua orientação anarco-sindicalista, nas suas colunas foi dada divulgação às bases orgânicas do Partido Comunista, onde também foram analisadas e profundamente criticadas. («A BATALHA» de 17, 28 e 29 de Janeiro de 1921).

Este facto explica-se tanto pelo espírito libertário que não receava a divulgação doutrinas correntes de opinião, como porque então ainda estavam vivos os espíritos de camaradagem revolucionária entre os que iam aceitar as teses da ditadura do proletariado e os que continuavam a criticá-la com a mesma convicção de sempre.

Para comparação do que se alterou na revolução russa e na

evolução posterior dos partidos comunistas para um reformismo que está na sua essência, transcrevemos algumas das suas bases.

Base 1.ª — O PCP é uma organização política nacional, assente em bases descentralizadoras e federais.

Base 2.ª — Os fundamentos da constituição deste partido dizem respeito a:

a) — Organização dos trabalhadores sobre a tríplex base da resistência política, sindical e cooperativa;

b) — Apoio incondicional à CGT;

c) — Entendimento e acção internacionais dos partidos comunistas e organizações sindicais;

d) — Colaboração dos técnicos, especialistas e cientistas com as classes operárias;

e) — Preparação e promoção da emancipação completa dos povos indígenas das colónias.

A base 3.ª preconizava como seu objectivo supremo «a socialização integral dos meios de produção, circulação e consumo, isto é, a transformação radical da sociedade capitalista em sociedade comunista.»

Os partidários da ISV permaneciam sindicalistas no espírito da Federação Maximalista.

O PODER JÁ NÃO É DOS SOVIETES

Em 1921 uma grande crise avassalou a Rússia e imensas regiões foram afectadas pela fome. Criou-se um Comité Internacional de socorro aos famintos russos, que teve acolhimento entre os trabalhadores e as organizações sindicais portuguesas.

Com a vinda a Portugal do delegado da IC Droz, vários elementos são suspensos do partido e este, agora orientado pela equipa ortodoxa de Rates, começa a seguir uma trajectória no sentido de conseguir a sujeição total do movimento sindicalista à sua hegemonia política.

A acentuada tendência dogmática do comunismo russo separou profundamente a organização sindical, mantendo-se todavia o espírito inicial da revolução, pelo qual se continuava a lutar.

A data histórica da Revolução russa foi sempre assinalada no nosso jornal e pela organização sindicalista, tirando-se sempre as conclusões históricas e revolucionárias derivadas da sua experiência em relação à grande consigna revolucionária: **TODO O PODER AOS SOVIETES!**

OS DOIS OUTUBROS

O OUTUBRO DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES

O calendário bolchevique consagrou a denominação de Revolução de Outubro para a Revolução vitoriosa dos operários e camponeses de 1917.

Em Outubro de 1917, os operários e camponeses da Rússia afastaram um obstáculo colossal que impedia o desenvolvimento da sua revolução; suprimiram o poder nominal das classes capitalistas, mas antes haviam já realizado actos duma importância revolucionária não inferior, arrancando às classes capitalistas o seu poder económico — a terra aos latifundiários — e, nas cidades, o direito a um trabalho livre e não controlado.

Consequentemente os trabalhadores revolucionários des-

foi dado pelas massas trabalhadoras que participaram na Revolução social, e com elas os anarquistas-comunistas; e o significado dado pelo partido político que conquistou o poder, a partir desta aspiração à revolução social, traindo e sufocando pela força todo o desenvolvimento ulterior da revolução.

Um enorme fosso existe entre estas duas interpretações. O Outubro dos operários e dos camponeses é a supressão do poder das classes parasitas em nome da igualdade e da autogestão. O Outubro dos bolcheviques é a conquista do poder pelo partido da «intelligentsia» revolucionária, a instauração do seu «socialismo» e dos seus



A greve assumia grandes proporções

truíram a base do capitalismo muito antes de Outubro. Restava somente a superestrutura política. Se não tivesse havido esta expropriação geral dos capitalistas com destruição da máquina estatal burguesa, a Revolução política não teria tido sucesso, talvez houvesse até fracassado, porque a resistência dos proprietários seria muito maior.

Por outro lado, a Revolução social de Outubro não parou com o derrubar do poder capitalista. Um longo período de realizações práticas, de autogestão social e de edificação socialista estava à vista dos trabalhadores, mas viria a perder-se nos anos seguintes. Assim, considerando todo o desenrolar da Revolução socialista russa, Outubro aparece apenas como uma das suas etapas.

Outra particularidade não menos importante é ter Outubro dois significados: o que lhe

métodos «socialistas» de governo das massas.

A Revolução de Fevereiro de 1917 surpreendeu os diversos partidos revolucionários em plena desorganização e foi sem dúvida com considerável surpresa que estes descobriam o carácter social profundo da Revolução nascente. Nos primeiros tempos ninguém, excepto os anarquistas, acreditou. O partido bolchevique, que pretendia exprimir as aspirações mais radicais da classe operária, não esperava ultrapassar os limites duma revolução burguesa. Só na Conferência de Abril ele se interrogou sobre o que realmente acontecia na Rússia: unicamente a destruição do czarismo ou uma revolução mais profunda, indo até à destruição do capitalismo?

Esta última eventualidade punha aos bolcheviques o problema da táctica a empregar. Lênine tomara consciência, antes dos outros, do carácter social da revolução e preconizava a tomada do poder. Encontrava no movimento operário e dos camponeses, que sapava progressivamente os alicerces da burguesia industrial e proprietária, um apoio decisivo.

Não foi possível a unanimidade sobre este assunto, até às jornadas de Outubro, hesitando o partido todo este tempo entre as palavras de ordem sociais das massas e a concepção duma Revolução social-democrata, a qual se tinha criado e desenvolvido.

(Cont. na pág. 6)

EFEMÉRIDES

1910 — Revolução Republicana
1912 — Gerve geral de solidariedade com os rurais de Évora
1914 — Criação da União Operária Nacional
1915 — Congresso Luso-Galaico de Ferrol (Pela paz)
1917 — Entrada na Guerra
1918 — Golpe de estado Sidonista
1919 — Sublevações Monárquicas — Surge «A Batalha» — Criação da CGT — Federação Maximalista
1921 — Criação do Partido Comunista

1905 — Revolução Russa (Petrogrado)
1914 — Início da 1ª Grande Guerra
1915 — Conferência de Zimmerwald
1916 — Conferência de Kienthal
1917 — Revoluções Russas (Fevº e Outº)
1918 — Armistício
1919 — Revolução Alemã (Esparkuista)
— Revolução Húngara
— Greves autogestionárias em Itália
1921 — Greves de Petrogrado (Fevº)
— Revolta de Cronstadt (Março)
— Esmagamento do Movimento Makhnovista



A CASA DO POVO DE MARINHAIS UMA DIRECÇÃO IRREGULAR

A anterior direcção da Casa do Povo julgando-se ilegal — como o era — porque derivava do regime deposto em 25 de Abril, decidiu convocar uma assembleia de sócios para elegerem uma nova direcção. Não deixou porém de proceder incorrectamente por ter limitado a assistência a portadores de convites. Foi a primeira arbitrariedade contrária aos princípios democráticos agora instituídos.

As reuniões da Casa do Povo devem ser abertas a toda a população, os que não são sócios devem associar-se, pois a inscrição não é limitada, e o povo só se associa se for demonstrada a utilidade da associação na correcta actuação dos corpos directivos.

Em democracia também não pode haver segredos nas instituições populares, e a decisão de fazer uma reunião à porta fechada revela a insistência dos processos do regime deposto, e que os elementos que urdiram esta manobra nem evoluíram nem se compenetraram ainda de que no curso que estamos seguindo o povo tem de tratar directamente dos assuntos que lhe dizem respeito.

Outrora anomalia foi a de nem todos

os sócios receberem convite, de que muitos se queixaram publicamente. Seria propositado? Isto é tão grave que nos recusamos a admiti-lo e aceitar o facto como lapso involuntário.

O que não deixa de ser estranho é que as pessoas eleitas para a nova direcção serem comprometidas com o antigo regime pelo desempenho que tiveram de diversos cargos oficiais.

Não diremos que sejam pessoas desonestas ou incompetentes para esses cargos mas naturalmente consideramos que se foram destituídos doutros cargos por colaboração no regime anterior, lógico será que não sejam investidos em novos cargos enquanto não seja provado que não colaboram nem inspiram conspirações.

É evidente a ilegalidade da direcção actual da Casa do Povo, e que deve ser sanada sem necessidade de se ter de recorrer a outros meios, e portanto esta direcção incorrectamente eleita deve demitir-se e dar lugar a uma nova assembleia magna, totalmente aberta a quantos nela queiram participar e a quantos sintam o dever nela se integrarem.

Só assim se entrará na legalidade democrática.

ALMEIRIM

Depois de tentarem chegar a um acordo com o patronato acerca do seu Caderno de Reivindicações, os trabalhadores realizaram reunião no dia 2 de Setembro onde foi aprovada uma proposta de greve. Ao tomarem conhecimento da decretação da greve os patrões tentaram «fura-la» contratando trabalhadores na Beira que se recusaram a trabalhar demonstrando uma forte consciência de classe. Em vista desta recusa os patrões cederam ao C. R. tendo a greve demorada somente um dia.

BENFICA DO RIBATEJO

Nesta localidade os trabalhadores apresentaram um Caderno de Reivindicações no qual exigiam os únicos salários que consideraram justos:

1200\$00 para os homens
800\$00 para as mulheres
1400\$00 para os homens.

Em virtude de os patrões não chegarem a um acordo, os trabalhadores reuniram-se em 31 de Agosto e decidiram entrar em greve. Em vista disso os patrões pediram novas negociações e por fim concordaram em pagar respectivamente a homens, mulheres e tratristas 1140\$00, 780\$00 e 1350\$00.

E A SÉRIE CONTINUA

Os trabalhadores dos serviços municipalizados da Federação dos Municípios do Ribatejo, apresentaram, a quem de direito, o seu caderno reivindicativo do qual constam, entre outros os seguintes pontos: 40 horas de trabalho semanais, 6 000\$00 de vencimento mensal, saneamento daqueles que contribuíram para manter a miséria de muitos, etc.

Acontecimentos posteriores entre os quais é de salientar a agressão de um grupo de «encarregados», agressão exercida sobre pessoas a quem eles consideravam responsáveis pela movimentação dos trabalhadores provocaram uma onda de indignação que originou a decisão de entrarem em greve enquanto a administração não lhes desse a resposta que lhes prometera para segunda-feira, 14 de Outubro.

Entretanto, fora posto a circular pela camarilha reaccionária, um abaixo-assinado para o qual haviam obtido, sob coacção, algumas assinaturas com o fim de conseguirem a expulsão de três trabalhadores a quem consideravam os principais agitadores. Ao terem conhecimento do fim a que se destinava o documento acima referido grande número dos que o haviam subscrito exigiram que fosse riscado o seu nome.

A resposta que se aguardava Conselho Cinselho de Administração, não

ALCANHÕES

Aqui os latifundiários recusaram-se a assinar o C. R. dando como desculpa que o mesmo era demasiado pesado para os pequenos proprietários, que contudo já satisfaziam as reivindicações dos trabalhadores à algum tempo. Acabaram por fim por o aceitar recusando-se porém a assiná-lo. Face a essa atitude os trabalhadores não compareceram nos locais de trabalho, obrigando pois os proprietários a assiná-los.

**TRABALHADOR!
converge
a tua acção
para o sindicato
e defende-o
das tutelas
partidárias
Defende
a liberdade
sindical**

satisfez, de modo algum, as pretensões dos trabalhadores, ainda com a agravante de haver aquele Conselho solicitado das autoridades militares da Escola Prática de Santarém, a ocupação das suas instalações.

Neste mesmo dia foram suspensos, até à abertura do inquérito, trabalhadores.

Magnetics, do Jornal do Comércio e de tantos outros surge agora o da Federação dos Municípios do Ribatejo. É caso para perguntar: teria acontecido um 25 de Abril em Portugal? Apesar de tudo quanto se tem dito sobre a protecção ao trabalhador, fica-nos a certeza de que se existe um grande caminho a percorrer para que se consiga atingir a meta desejada, sendo esta meta, para já, a concessão das melhorias que achamos de premência imediata. Mas não são estes os nossos anseios; nós só consideramos que o trabalhador estará efectivamente protegido, quando for senhor de traçar o seu próprio destino.

Entretanto continuamos aguardando que se tomem providências que permitam que se evitem, definitivamente, casos como aqueles a que nos vimos referindo. Se assim não acontecer, seremos forçados a concluir que a era «do fascismo» em Portugal, ainda não terminou.



A exploração capitalista

LIGA DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

(DISTRITO DE PORTALEGRE)

COMUNICADO

É já do conhecimento de toda a população que a prática monopolista levada a efeito pelos grandes latifundiários e absentistas conduziu à ruína de muitos pequenos agricultores que nunca viram reconhecida a sua existência através de medidas que deveriam ter sido tomadas, mas que o governo fascista, defensor dos grandes proprietários e capitalistas, não tomou para não os prejudicar.

Deste modo conduziu à ruína os pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, votou à miséria os trabalhadores rurais.

Entretanto, todos nós sabemos que organismos e instituições do Estado eram manejados pelos grandes latifundiários.

Dá-se o 25 de Abril e com o início da democratização do país os grandes empresários agrícolas tremem e tentam, para defender os seus interesses, interesses esses contrários aos dos pequenos agricultores, criar um tal ALA, que mais não é que o encapotamento dos latifundiários a procurarem, através dessa associação, continuar na mesma via de exploração e opressão.

No entanto, os pequenos agricultores já desmascararam aquela organização, que assim não se conseguiu implantar no país.

Mas a reacção não desarma e só assim se explica que sucedam casos como o verificado numa reunião promovida pelo ex-Grémio da Lavoura de Portalegre, durante a qual indivíduos públicos e claramente conhecidos como fascistas e altamente comprometidos com o regime de Salazar/Caetano, se propuseram actuar no sentido de criarem cooperativas «na defesa» dos agricultores.

Mas afinal o que querem verdadeiramente estes senhores?

Querem muito simplesmente a continuação do domínio que antes tinham e que querem a todo o custo manter. Como já foi mencionado, na reunião referida, quando se discutia a lei do arrendamento dimanada da Secretaria de Estado da Agricultura, lei essa que se insere naturalmente no conjunto de medidas levadas a efeito pelo Governo Provisório para arrancar o país do abandono a que o fascismo o votou, assistiu-se a tentativas de obscurecimento e confusão, tendo mesmo um dos componentes da mesa — que por

sinal é da ALA — declarado que, sendo provisório o Governo e ainda não definido institucionalmente o regime, deveria enviar-se um telegrama de protesto ao Governo, manifestando desacordo pela eventual aprovação futura do referido projecto-lei.

Outros, noutra região, querem enveredar por processos diferentes na forma mas idênticos nos fins a atingir. Estão neste âmbito as manobras fraudulentas de certos latifundiários absentistas que arrendavam as terras de regadio por preços exorbitantes. Ora o projecto da lei do arrendamento prevê que os terrenos não cultivados deverão ser entregues a quem os cultive, prevendo igualmente que os prazos de arrendamento sejam substancialmente alargados. Nesta conformidade, como actuam certos latifundiários (caso dos do perímetro do Caia) perante esta situação? Insistem na cultura do trigo — que é cultura de sequeiro — contrariamente às mais elementares normas da técnica agrícola, provocando o desemprego de centenas de trabalhadores rurais e reduzindo a área de trabalho do pequeno agricultor, os mesmos que até então haviam sido os grandes sacrificados e explorados pela força do capitalismo agrário.

E todavia os regadios foram feitos com os dinheiros do Povo, devendo por conseguinte servir o desenvolvimento nacional e a comunidade e não meia dúzia de grandes senhores.

A LIGA, associação de pequenos e médios agricultores, denuncia estas manobras, que mais não visam do que iludir os pequenos agricultores, dividilos e criar a confusão, que só a eles, grandes latifundiários, interessa.

A tentativa de formação de «cooperativas» por indivíduos ligados ao regime fascista, os quais também estiveram ligados à formação da ALA (já bem conhecida de todos), a LIGA — associação que tem o apoio e é integrada por milhares de pequenos agricultores — responderá sempre com firmeza, desmascarando manobras cavilosas como as apontadas.

E haverá de proceder sempre assim, visto que foi formada em ordem a defender aqueles que dela fazem parte integrante, que afinal são todos os que trabalham.

Portalegre, aos 31 de Outubro do ano de 1974

O SECRETÁRIO DA LIGA

ESTIVADORES EM GREVE

Conhecemos de há muito a complexidade dos problemas derivados do trabalho portuário, que vêm de longe e têm razões profundas, e que podem ser analisados em confronto com princípios vários, mas o que é certo é que esses problemas terão de ser resolvidos dignamente, a nível sindical.

Mais uma vez, como no caso dos Químicos o sr. Secretário do Estado do Trabalho decide ordenar sobre assuntos sindicais por sua inactividade e por força das suas elevadas funções estaduais, supondo que está na sua alçada os poderes que outrora dispunha o ministério das corporações.

Qualquer que seja a óptica ou a opinião que se possa ter acerca das condições de trabalho dos portuários é fundamental reconhecer que o problema há-se ser tratado pela classe, a nível sindical e não por despacho, como outrora.

Parece-nos que Sua Ex.^a deverá compreender que despachos são doutro tempo.

O SANEAMENTO NA PREVIDÊNCIA PARA QUANDO? QUEM GANHA?

Há pouco menos de seis meses que se começou a falar do saneamento da Previdência. Pessoas há que ficaram inquietas. O tempo foi passando e essas pessoas, na contingência de serem saneadas, aproveitando-se dos seus cargos de mando, começaram a ordenar obras, a comprar mobiliários metálicos e de madeira, a pretexto de melhorar as instalações do pessoal. Do confortável que o pessoal reclamava antes do 25 de Abril, e não era atendido, foram até ao luxuoso num atentado contra os chamados beneficiários — os trabalhadores que com o seu esforço e o dinheiro que lhe era descontado no salário — ergueram a Previdência e agora, velhos ou inválidos, recebem, na sua maioria, pensões de miséria.

Não há dinheiro para melhorar essas pensões, mas continua a havê-lo para que as obras e as compras de mobiliário em instalações de luxo prossigam. Lançamos aqui o slogan da T.V. Quem ganha? Quem ganha com estas maquinações?

Comissões ministeriais de inspecção e de inquérito fizeram os seus relatórios. Quem sabe das suas conclusões?

Comissões de trabalhadores têm sido eleitas e o resultado é idêntico. Delegados sindicais, sem preparação para se haverem no meio de uma agitação orquestrada, ficam perplexos e não sabem que fazer. As comissões eleitas promovem eleições parciais para do conjunto escolherem os seis nomes necessários para o Ministério poder, numa segunda escolha, nomear um, a fim de que este represente o pessoal na Comissão Administrativa da cada Caixa.

Se o escrutínio dos nomes, feito na presença de indivíduos estranhos ao acto, não dá o resultado desejado por eles, é anulado e volta-se ao princípio. O tempo passa, as compras e as obras continuam. Quem ganha?

Pede-se ao delegado sindical para convocar um Plenário e até se lhe marcam as poucas horas do almoço, e os autores de toda a confusão, previamente programada, vão sendo promovidos provisoriamente, com os respectivos aumentos de salário e não eram dos que recebiam menos. Há dinheiro para tudo menos melhorar as pensões de modo a enfrentar a alta do custo de vida. E são esses provisórios que embrulham tudo, uns às claras e outros a ocultar, em defesa dos seus protectores.

E agora mais uma pergunta: Antes do 25 de Abril os trabalhadores, nos Sindicatos, reclamavam contra a sanção ministerial das Direcções por eles eleitas. Porquê, agora, uma lista de seis nomes a fim de no Ministério se escolher um. Qual a competência do escolhido? Conhecerá ele melhor os indicados do que os trabalhadores que os elegeram? A continuar assim, qual o valor da eleição democrática?

A BATALHA



NA CONSILIUM — CARCAVELOS

Os trabalhadores reclamam justiça

Algumas dezenas de trabalhadores, mulheres e homens, foram despedidos pela administração da empresa há mais de quatro meses. Causa do despedimento: entrega àquela administração de um caderno de reivindicações que a empresa se negou, terminantemente, a aceitar e discutir. Como todos os trabalhadores, os da Consilium, têm pesados encargos de família, que aumentam com a constante alta do custo de vida.

Falhadas todas as tentativas de conciliação junto da Administração da empresa, os trabalhadores recorreram aos sindicatos, ao Ministério do Trabalho e a outras entidades oficiais sem qualquer resultado pois não havia — disseram-lhe — qualquer lei que obrigasse a empresa a aceitar as suas reclamações.

E quais eram essas reclamações? Que querem os trabalhadores?

- a) Uma administração que garanta o bom nome da Consilium e que a imponha no lugar que ela já ocupou;
- b) Direito ao trabalho dentro da nossa empresa e não em qualquer outra firma do grupo a que ela pertença;
- c) Uma administração sem interferências de outrem, acionistas ou não, salvo nos termos permitidos por lei;
- d) Concessão dos direitos que a lei determina para os trabalhadores e que até agora nem sempre se tem verificado, tais como ordenados pagos a prestações, subsídios em atraso, pessoal fora das devidas categorias profissionais.

E o que não reclamam:

- a) Aumento de ordenado; b) Aumento de subsídios; c) Aumento de tempo

de férias; d) Menos horas de trabalho ou quaisquer outras regalias, pois o que querem para já é uma garantia de continuidade e melhoria da empresa, com os trabalhadores que a compunham até agora.

Pedir trabalho, como o pedem os trabalhadores da Consilium, é responder, concretamente, ao apelo do Governo Provisório para aumentar a produção, necessária para vencer a crise económica. Quem se nega a esse apelo? São todas as empresas que, como a Consilium, se negam a atender pedidos que nem se podem classificar de reivindicações e ao mais pequeno pretexto ou mesmo sem nenhum, despedem o pessoal e fecham as portas, sem considerarem os interesses da Nação.

Qual a situação da Consilium?

Após o despedimento de todo o pessoal e de fechadas as portas da empresa, os trabalhadores responderam ocupando as suas instalações fabris, a fim de impedir que fosse retirada a sua maquinaria para qualquer das suas empresas associadas. A empresa pediu a intervenção das autoridades e um força policial, comandada pelo senhor Major Casanova Ferreira, no dia 28 de Agosto, expulsou os trabalhadores da fábrica e procede à sua ocupação. A empresa dirige uma carta ao Partido Trabalhista Democrático, que não é democrático nem trabalhista, em que lhe dava poderes para ocupar parte das suas instalações fabris. Indivíduos deste agrupamento ameaçam os trabalhadores e injuriam-nos.

A todas estas maquinações, de cunho acentuadamente fascista, atentatórias da honra e da honestidade dos trabalha-

dores, homens e mulheres, os trabalhadores respondem continuando a sua luta para vencer.

De todas as entidades recebem a mesma resposta: a ocupação da fábrica é ilegal; não há lei que permita obrigar a empresa a reabrir a fábrica e a readmitir o pessoal nem a sanear uma administração à frente da qual se encontra o Senhor Luis Manuel Catalão de Castro Lima.

Então o 25 de Abril não aboliu toda a legislação que vinha do fascismo? Não foi a vitória do Movimento das Forças Armadas, alcançada com o apoio do povo, que legalizou a revolta militar?

Não dizem que, depois do 25 de Abril é o povo quem mais ordena? Sendo assim, não tem o povo expressado por todo o país a sua vontade de desmantelar toda a engrenagem fascista como o demonstrou, uma vez mais, na tourada do Campo Pequeno? Até agora só uma pequena excepção, a manifestação burla preparada para o 28 de Setembro. Se se quer auxiliar as médias e pequenas empresas, há só uma única solução para os casos como o da Consilium. É abrir todas as empresas encerradas pelos seus proprietários e pô-las a trabalhar para incrementar a produção e evitar novos encerramentos.

Em caso contrário ergeremos o grito com o slogan da Televisão: Que ganha? Quem ganha com todas estas anomalias e contradições não são, de certo, os trabalhadores.

A luta pela reabertura de todas as empresas encerradas é a luta a caminho da verdadeira Emancipação dos trabalhadores. É essa a via defendida por este jornal — A Batalha.

AS GREVES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FRANCESES

A crise económica está batendo à porta de todo o mundo capitalista.

Em França, graças à importação maciça de trabalhadores estrangeiros, a uma diplomacia sem escrúpulos e uma exportação de armamentos em grande escala, o poder das classes ricas tem conseguido até agora retardar o início deste período de «vacas magras» para que toda a gente se prepara.

No entanto, o novo governo de Giscard desenvolve já uma grande actividade de intoxicação da opinião, para fazer aceitar aos trabalhadores os sacrifícios que, uma vez mais, lhes pedem. O desemprego sobe lenta, mas seguramente, e o custo da vida continua desenfreado, a perto de 20% ao ano. Assim, para evitar a todo o custo um novo «caso Lipp», o patronato acaba de conceder a garantia de 90% do salário, durante um ano, aos trabalhadores que forem vítimas de despedimentos colectivos, que não deixarão de se produzir com frequência nos próximos tempos. O governo espera — e anseia — um número apreciável de falências e absorções de empresas, que — segundo ele — tornará a indústria francesa «mais competitiva».

Ora entretanto, é nos serviços públicos que o descontentamento começa a exprimir-se. Mais bem defendido contra o desemprego, devido ao seu estatuto de «funcionário», o trabalhador do Estado é tão vítima como qualquer outro da subida dos preços, e, além disso, apanha directamente as consequências de um «orçamento de austeridade». Os 350 000 empregados dos Correios — onde é grande a percentagem de eventuais — dão o sinal de partida para uma agitação importante dos trabalhadores do sector público, que se encontra — na hora em que escrevemos — em pleno desenvolvimento: ferroviários, mineiros, pessoal da rádio-televisão, empregados das finanças, educação nacional, etc.

Os «correios», onde o elemento jovem predomina, têm conduzido uma greve admirável. Vai além de três semanas que a luta dura, e nem o mínimo sinal de desencorajamento se verifica. Reunindo-se diariamente nos locais de trabalho, ocupando os centros de triagem e estações, controlando estreitamente os delegados que negociam com o governo, os trabalhadores têm-se mantido firmes em duas exigências fundamentais: aumento de salários de 200F., igual para todos; titularização dos eventuais e admissão de pessoal, para tornar um pouco mais suportáveis as pesadas condições de trabalho a que estão sujeitos.

Qualquer que seja o desenlace do conflito, ele já desempenhou um importante papel: pôs em causa a política falsamente liberal — e, de facto, autoritária — do governo; abriu um período de hostilidades na guerra das classes, um tanto adormecida em França pelas diversões eleitorais; e tem educado, na escola da luta do Trabalho, milhares de jovens que aparecem agora como sendo a ala avançada da classe. A tal ponto, que uma revista francesa lhes faz este comentário: «... barbudos, cabeludos, eles têm o aspecto dos universitários de 1968, dos estudantes liceais de 1973, ou dos grevistas dos bancos da primavera passada. E, para além do aspecto — a mesma obstinação».

A BATALHA

A Lei Sindical

Com uma pressa inexplicável, e com um limitadíssimo espaço de tempo para ser devidamente discutida nos sindicatos, o Governo apresta-se para promulgar uma esquisita e contraditória Lei Sindical.

No próximo número publicaremos uma análise crítica da infeliz lei e as atitudes de certas organizações.

Leia

A BATALHA



A imponência da solidariedade operária

Ontem como hoje:

Postal para o MDP-CDE

Após a revolução militar do 28 de Maio de 1926, na qual participaram todos os partidos republicanos, com a exclusão do que se encontrava no poder, o PRP, havia nos arraiais políticos grande entusiasmo pela revolução que vinha, segundo eles, pôr os pais em ordem.

Ramada Curto, leader do partido socialista, e um dos proponentes dum comité de defesa proletária, escrevia a propósito num dos jornais da capital:

«Por mim entendo que o Exército não deve abdicar. É obrigação sua, escolher os seus elementos mais competentes e governar. Mas ele só; o contrário seria tolice desmarcada ou enfermidade incompreensível. A liberdade só a sabem apreciar aqueles que alguma vez a perderam. Não! A hora é do Exército. A Revolução soube ele faz-la para si. Os outros não têm que se aproveitar dela. Digo-o com a maior sinceridade: o que aconteceu era inevitável, e não há o direito de tolar a marcha dos acontecimentos. Não vejo, como tantos, o perigo monárquico. Vejo a necessidade de que o Exército governe».

Pela CRGE

Todos conhecem as Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, poderosa sociedade multinacional, dominada por capital belga e com a colaboração do professor catedrático Dr. Adelino Palma Carlos, que foi o primeiro Ministro depois do 25 de Abril, e que como Presidente do Conselho de Administração acompanhava o muito poderoso Eng.º Wikwan, representante grupo belga Sofina.

Entre 1972 e 73 o Director clínico sr. Dr. Manuel Cordeiro Pereira, por imposição da Administração da CRGE, levou prematuramente para a reforma, pela junta médica a que presidiu, centenas de trabalhadores.

O sr. Dr. M. Cordeiro Pereira, Director clínico, que também trabalhava em regime de part-time com os restantes 70 médicos ao da de CRGE foi sempre o único que estava inscrito na Caixa de Previdência privativa da empresa, o que nunca foi concedido aos outros médicos, deixando estes de terem direitos como os outros empregados, como sejam os da reforma.

Há cerca de três anos a Administração da CRGE dissolveu a Cooperativa dos Empregados da empresa, onde cada sócio tinha liberado um capital de cinco acções de 100\$00 cada. Este capital não foi devolvido aos sócios, e o capital de mais de três mil empregados encontra-se simplesmente em poder da Administração.

Que destino deve ter esse capital?

AS GREVES E A REPÚBLICA

Segundo o livro «AS GREVES» de F. Emídio da Silva, de 1890 a Outubro de 1910 declararam-se entre nós 143 greves. Segundo os dados do mesmo livro e os insertos no livro «SINDICALISMO EM PORTUGAL» de M. Joaquim de Sousa, entre a proclamação da República e 1914, produziram-se 193 greves.

Para se avaliar e confrontar as ideias da época e os acontecimentos tem interesse analisar parte de uma circular do governo civil de Lisboa, de 5 de Maio de 1913.

1.ª Repartição N.º 11 CIRCULAR

«Sendo obrigação das autoridades administrativas e policiais, não só investigar factos criminosos, mas também evitar a sua prática, pela oportuna aplicação de medidas preventivas — esta obrigação avulta quando se trata de delitos contra a ordem pública e social, visto que é mais demorada e extensiva a sua preparação e portanto mais fácil a sua descoberta.

Entre os elementos perniciosos que estão lesando a tranquilidade pública, tão necessária neste período de reconstrução nacional, assinala-se a propagação dos chamados sindicalistas, palavrosos agentes de uma seita subversiva e amoral que adopta a acção directa ou a violência e o crime como processo idóneo para alcançar de súbito uma mudança mágica um estado social de nivelamento económico — utopia grosseira e sangrenta que os proprios sequeles não compreendem e que nada tem a ver com o futuro equilíbrio económico do país a que todos aspiramos.

Foi para atalhar os péssimos efeitos desta desorientação cívica que se promulgou a lei de doze de Junho de 1912 que dispõe o seguinte:

Art.º 5.º — aquele que por qualquer meio de propaganda subversiva ou tendenciosa, verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares, ou a qualquer acto de intranquilidade pública ou ao cometimento de acto contra a integridade da pátria, será punido com a pena de prisão correcional de 30 dias a um ano e multa de 50\$00 a 500\$00».

Saúde e Fraternidade O Governador civil

OS DOIS OUTUBROS

(Cont. da pág. 3)

Não se opondo ao slogan da pequena e grande burguesia para uma Assembleia Constituinte, o partido esforçou-se por controlar as massas, procurando manter-se no rasto da sua corrida cada vez mais rápida.

Durante este tempo, os trabalhadores caminhavam impetuosamente em frente, após a destruição do czarismo, e deitavam por terra os seus inimigos da esquerda e da direita, caminhando temerariamente para a vitória.

Os grandes proprietários procurando nas cidades protecção para seus bens e pessoas, evacuavam os campos, fugindo aos camponeses insurrectos, que procediam à repartição directa das terras e não queriam ouvir falar de co-habitação ou coexistência com os proprietários.

Na cidade também se produziu uma «modificação brusca das relações» entre os operários e os donos das empresas. Graças aos esforços do génio colectivo das massas, surgiram comités de trabalhadores em todas as empresas e oficinas, intervindo decididamente na produção, desprezando as administrações dos proprietários e eliminando-os da produção.

Em diversas regiões do país os operários encetaram a socialização das empresas. Simultaneamente toda a Rússia trabalhadora revolucionária se cobria duma vasta rede de sovietes de operários e camponeses, que começaram a funcionar como órgãos de autogestão. Desenvolvendo-se, alargavam e defendiam a Revolução.

A ordem e o poder capitalista existiam ainda nominalmente, mas um vasto sistema de autogestão social e económica nascia e desenvolvia-se paralelamente.

Este regime dos sovietes e conselhos de empresa (pelo simples facto do seu aparecimento) ameaçava de morte o sistema estatal. O nascimento dos sovietes e dos conselhos de fábricas nada tinha a ver com os princípios autoritários. Pelo contrário, eram na plena aceção da palavra *órgãos de autogestão social e económica das massas* e em caso algum órgãos dum poder do Estado.

Opunham-se à máquina estatal que pretendia dirigir as massas e preparavam-se para um combate decisivo contra ela. «As fábricas para os operários, a terra para os camponeses» foram as palavras de ordem que circulavam por toda a Rússia trabalhadora, animando-a a uma acção directa contra o governo de coligação social-burguês.

Como já dissemos, os operários e camponeses procediam já antes de Outubro de 1917 à inteira reconstrução do regime industrial e agrário da Rússia. Este último fora virtualmente resolvido entre Junho e Setembro de 1917.

A Revolução de Outubro fez ruir o último e maior dos obstáculos ao seu desenvolvimento: o poder do Estado das classes possuidoras.

Este é o Outubro dos operários e camponeses. Significou uma poderosa tentativa dos trabalhadores manuais superexplorados para destruir totalmente os fundamentos da sociedade capitalista e edificar uma sociedade de trabalhadores baseada

nos princípios da igualdade, independência e autogestão do proletariado das cidades e dos campos.

Este Outubro não recebeu a sua conclusão natural. Foi violentamente interrompido pelo Outubro do partido bolchevique, que estendeu progressivamente a sua ditadura a todo o país.

O OUTUBRO DO PARTIDO BOLCHEVIQUE

Todos os partidos estatistas incluindo o bolchevique limitavam a Revolução Russa à instauração dum regime social-democrata. Só quando os operários e camponeses começaram a abalar seriamente a ordem agrário-burguesa e a Revolução se mostrou como um facto histórico irreversível, principiaram os bolcheviques a discutir o seu carácter social e a modificar, consequentemente, a sua tática.

A Revolução de Outubro e os acontecimentos subsequentes desenrolaram-se com o Comité Central dividido em duas tendências opostas.

Enquanto uma parte, com Lênine à frente, previa a inevitável revolução social e propunha a preparação para a conquista do poder, a outra tendência, encabeçada por Kamenev e Zinoviev, denunciava aventureirista a tentativa de Revolução social e não ia além da instauração duma Assembleia Constituinte em que os bolcheviques ocupariam as bancadas da extrema esquerda. Prevaleceu o ponto de vista de Lênine e o partido principiou a mobilizar as suas forças para o caso duma luta decisiva das massas contra o governo provisório.

O partido lançou-se então a «colonização» dos conselhos de fábrica, dos sovietes de deputados operários, fazendo todo o possível para obter nestes órgãos de autogestão, ainda inexperientes, o máximo possível de mandatos, afim de controlar a sua acção. Contudo, as concepções e tática do partido bolchevique relativamente aos sovietes e conselhos de fábrica eram essencialmente diferentes das das massas. Enquanto estas consideravam os sovietes e conselhos como *os órgãos da sua autogestão social e económica*, o partido bolchevique considerava-os como um *simple meio*, com o auxílio do qual poderia arrancar o poder à burguesia em derrota e utilizar em seguida esse poder conformemente à sua doutrina partidária.

Revelou-se assim uma enorme diferença de conceitos e perspectivas entre as massas revolucionárias e o partido bolchevique. Para as primeiras tratava-se de derrubar o poder com vista a reforçar os órgãos de autogestão, já constituídos, para o segundo tratava-se de obter o apoio destes órgãos para conquistar o poder e de subordinar ao partido todas as forças revolucionárias. A divergência foi aumentando no decurso da Revolução, desempenhando um papel funesto no seu destino.

O sucesso dos bolcheviques na Revolução de Outubro, quer dizer, o facto de terem alcançado o poder e subordinado ao

partido toda a Revolução, explica-se por terem substituído a ideia dum poder soviético à ideia de Revolução social e de emancipação social das massas.

À priori estas duas ideias podiam não parecer contraditórias, porque era possível conceber o poder soviético como o poder dos sovietes. Todavia, na sua realização e efeitos, as duas ideias chocavam-se violentamente. A concepção dum poder soviético incarnado pelo Estado bolchevique transformou-se num poder burguês tradicional, concentrado num punhado de indivíduos desejosos de submeter à sua autoridade tudo o que de mais fundamental e poderoso havia na vida do povo — a Revolução Social.

Portanto, com o auxílio da ideia do «poder aos sovietes», sovietes em que detinham a maioria dos lugares, os bolcheviques conseguiram efectivamente obter um poder total e proclamar a sua ditadura em todo o país revolucionário.

Isto permitiu-lhes sufocar todas as correntes revolucionárias em desacordo com a sua doutrina, modificar totalmente o curso da Revolução e fazer adoptar pela força numerosas medidas contrárias à sua essência.

Uma foi a militarização do trabalho durante os anos de comunismo de guerra; militarização dos trabalhadores, enquanto milhões de parasitas podiam viver na tranquilidade, no luxo e na ociosidade.

Outra foi a guerra entre a cidade e o campo, provocada pela política do partido que considerava os campos zonas pouco seguras e estranhas à Revolução.

Foi enfim o estrangulamento do pensamento libertário e do movimento anarquista, cujas ideias sociais e palavras de ordem foram a força e orientação social da Revolução Russa. Outras medidas foram a proibição dum movimento operário independente, a supressão da liberdade da imprensa operária e, em geral, da liberdade de palavra dos trabalhadores.

Tudo se reduziu a um centro único, donde emanavam as instruções respeitantes ao modo de viver, pensar e agir, das massas laboriosas.

Eis o que é o Outubro dos bolcheviques.

(P. Archinov, in «Dielo Trouda», n.º 29, Outubro 1927, publicado em Autogestão n.º 18-19)

A RAZÃO DE UMA LUTA

Desde o dia 4 de Julho que os trabalhadores da Socel asseguram o funcionamento das instalações fabris, não obstante as manobras do capital para os vencerem.

Das razões desta luta — que se insere nas justas medidas que as massas trabalhadoras devem tomar para levar a cabo a vitória sobre o capitalismo reaccionário — não restam dúvidas a quem, como nós, conhecer a situação.

Verifica-se, pois, a necessidade de levar ao conhecimento do público um resumo do que se passou, bem como o porquê daquilo que queremos.

1. — De 7 de Maio a 4 de Julho

No dia 7 de Maio foi eleita democraticamente uma comissão de trabalhadores que, imediatamente, elaborou um caderno de reivindicações dividido em dois pontos. O primeiro dizia respeito a questões financeiras e a determinadas regalias sociais e o segundo a toda uma reestruturação de empresa e reclassificação de trabalhadores.

Quanto ao ponto I, tudo se conseguiu com relativa facilidade e rapidez, tendo sido assinado o acordo no dia 16 de Maio.

Iniciou-se imediatamente a discussão do ponto II, que foi, na generalidade aprovado pela administração, ficando as questões de pormenor a ser discutidas com a direcção.

As negociações arrastaram-se durante um mês e — perante as manobras de obstrução de direcção, nomeadamente em reivindicações já acordadas no ponto I — foi a comissão de trabalhadores forçada a encerrá-las.

Comunicados dos trabalhadores da SOCEL

Procurou-se então, conseguir junto da administração o que se não tinha conseguido nas negociações de pormenor, para o que se estabeleceram contactos.

Conjuntamente com o ponto II procurou-se também que a administração aceitasse o saneamento, que tinha, entretanto, sido votado em referendo e aprovado por 659 votos a favor, 20 contra e 9 abstenções.

Em princípio pareceu que a administração se mostrava receptiva em chegar a acordo sobre todos os pontos (incluindo o saneamento), vindo, no entanto, a desmascarar-se, quando no dia 3 de Julho se colocou numa posição de força, cujos verdadeiros motivos se vieram a descobrir dias mais tarde.

Na razão directa desses motivos deverá estar a queda do primeiro governo provisório, que se deu dias depois, e a possibilidade do presidente da Mesa da Assembleia Geral da Socel, professor Fernando Olavo, ser indigitado para Primeiro Ministro.

É significativa a coincidência da tomada de força da administração ocorrer na altura em que os reaccionários começaram a deitar a cabeça de fora.

Em face disto resolveram os trabalhadores, reunidos em plenário, tornarem pública a lista de saneamento e garantirem, por si, a laboração da fábrica e a segurança das instalações.

2. — As razões do saneamento

A lista de saneamento da Socel inclui 16 elementos.

Os pontos em que assenta o processo de saneamento (agora a cargo duma comissão do Ministério do Trabalho)

são os seguintes: Incompetência, Corrupção, Comprometimento Político, Prepotência e Abuso de Autoridade.

Todos os elementos constantes da lista encontram-se incluídos em, pelo menos dois destes pontos.

No caso concreto dos directores, eles têm sobre si a responsabilidade da corrupção de funcionários públicos e conluio com a PIDE/DGS, além de todo um conjunto de manobras altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores.

3. — De 4 de Julho a 30 Agosto

Durante esta fase de luta, procuraram os trabalhadores garantir o funcionamento da fábrica, tendo conseguido elevar a produção em valores bastante significativos.

Assim, em Julho e Agosto, a produção foi, respectivamente, de 9 097 e 9 563 toneladas, contra 6 764, 7 778, 8 278, 7 910, 4 605 e 5 717, respectivamente de Janeiro a Junho.

Durante esta fase, foi manifesto o desinteresse da administração em negociar, tentando conseguir pelo cansaço e por manobras desleais aquilo que não quis conseguir pela razão. Para isso procurou cortar o fornecimento de combustível; tentou aliciar trabalhadores para uma greve que só serviria os seus interesses; despediu 49 trabalhadores contratados, não lhes renovando os contratos; usou de mentira e má fé em declarações a entidades oficiais; procurou sobrepôr-se ao Ministério do Trabalho, tentando impôr aos trabalhadores a entrada dos elementos saneados na fábrica, isto não obstante ter decla-

rado por escrito à Comissão de Inquérito que prescindia disso; etc... etc...

4. — Após 30 de Agosto

Durante a fase anterior tentamos conseguir pela negociação sem publicidade a resolução do problema.

Como tudo isso falhou passaremos, agora, a dar a propaganda necessária à nossa luta.

Supomos que a administração se prepara para sabotar a ampliação da fábrica (no valor de 1 milhão e meio de contos) e separar a florestação (valor real de 800 000 contos) do património da Socel.

Tudo indica também que se prepara para levar a fábrica a parar, forçando assim o «lock out». Além disso os despedimentos de trabalhadores mais não são que uma manobra tendente a enfraquece-los.

Consideramos que a nossa luta é a luta de todos os trabalhadores contra o capitalismo despótico e reaccionário, e que nada mais somos do que um pequeno elo na grande corrente que somos todos nós. Mas a quebra dum elo é o enfraquecimento de toda a corrente.

Por isso

Pedimos a apoio de todos os Sindicatos.

Alertamos o Governo para as manobras reaccionárias da administração da Socel.

Exigimos á administração a reintegração dos camaradas despedidos e o não despedimento de mais nenhum, bem como a conclusão das negociações do Ponto II, em suspenso.

Apelamos para todos os trabalhadores do País que nos ajudem a limpar do escalracho a Terra onde plantaremos os cravos da Liberdade.

VIVA A CLASSE TRABALHADORA

A comissão de Trabalhadores da Socel/Fábrica

N. — Os trabalhadores aumentaram a produção: quem os compensa? Esse benefício reverte para a economia nacional ou para a SOCEL?



Quero que isto fique perfeitamente claro: a ditadura do proletariado é a ditadura sobre o proletariado!

A solidariedade entre os trabalhadores é a base da sua força e da sua defesa

NA LINHA DE FOGO

MÁRIO CASTRIM
E A UNIÃO SOVIÉTICA

Para o Castrim, conhecido crítico da televisão, paladino da «Unidade», a crítica é livre desde que... não se critique o «PC» e a União Soviética. Para ele não houve desvio do Socialismo na Rússia, lá os trabalhadores são muito felizes, e através da «Ditadura do Proletariado», são eles que dirigem a vida social. O Estalinismo, que mandou para os campos de concentração ou eliminou pelos grupos secretos tantos revolucionários: comunistas, anarquistas, socialistas, etc., é com toda a certeza para Castrim um leve desvio, sem grande importância.

Os generais e marechais, com o peito coberto de medalhas, pois está certo, como é que decentemente se deviam apresentar em público os generais e os marechais. O «passo de ganso» dos soldados soviéticos, bela imagem de força dum exército socialista. As paradas com foguetões de muitos metros de comprimento, bela maneira de festejar a Revolução Russa.

Claro que no fim de perto de cinquenta anos, a Rússia é uma grande potencia, tem a bomba atómica, um exército poderoso, uma industria moderna, tudo isso foi muito bem copiado do Capitalismo, mas o Estado, que deveria desaparecer segundo as profecias de Marx e do próprio Lenine, esse continua todo inteiro e o Comunismo está cada vez mais afastado.

A Rússia é hoje um país onde o chamado Capitalismo de Estado atingiu a sua mais alta expressão.

UM CONGRESSO MUNICIPALISTA?

Na última sessão pública da Câmara Municipal de Oeiras, foi aprovada uma proposta para que se promova um congresso Municipalista.

Também se afirma no mesmo comunicado que é necessário que seja debatida e consciencializada a ideia municipal, facto essencial na construção do socialismo. O municipalismo tem de facto fortes tradições em toda a Península Ibérica, como órgão de base popular, de convívio e de apoio mútuo entre as populações. Certas formas de comunidade das terras estão ligadas ao municipalismo (ve-lhas aldeias comunitárias peninsulares). Como dizia Alexandre Herculano, os «conselhos ou comunas» seriam refúgios dos foros populares, «fortes associações de homens de trabalho» que conseguiam repelir a força

e converter-se numa entidade política.

Em Portugal e em Espanha, sempre os libertários e anarcosindicalistas, olharam para o municipalismo renovado, de base popular, despido de toda a burocracia como possíveis órgãos de reconstrução de toda a vida social, capaz de conduzir ao Socialismo Libertário.

Mas com a actual divisão de classes, com as clientelas municipais servidas do capitalismo, terá algum significado um congresso municipalista? Mas talvez não seja de todo negativo o tal congresso preconizado pela Câmara Municipal de Oeiras, mais não seja, ele, terá o mérito de salientar as contradições da actual sociedade burguesa.

O DRAMA DOS AUMENTOS DOS PREÇOS

As conferências pela TV e pela Rádio sucedem-se, as notas mais ou menos oficiosas também, os responsáveis pela nossa economia, falam, falam... e os preços dos alimentos e de todos os géneros

de primeira necessidade continuam a subir e os trabalhadores a pagar, e lá se vai o que conseguiram obter através de algumas acções reivindicativas, chamadas de «greves selvagens» pelos partidos da «esquerda».

Mas enfim, unidade é que é preciso.

A propósito deste dramático problema: o aumento dos preços, pergunta-nos a certa altura Eugénio Rosa no *Diário de Lisboa*: «Que organização social é esta, que determina, por um lado, que centenas de milhares de famílias não tenham uma necessidade elementar satisfeita (a de um alojamento condigno) e por outro lado, permita o desperdício da capacidade de produção de milhares de empresas?»

Tudo isto deve ser explicado de uma forma clara, simples, mas verdadeira, ao nosso Povo. Não se fique pelas meias tintas, porque elas só ajudam a reacção, por melhores que sejam as intenções».

Pois é, acrescentamos nós, de boas intenções está o inferno cheio.

NA IMPRENSA OPERÁRIA ESTRANGEIRA

O nosso reaparecimento foi acolhido com alegria pela imprensa operária, noticiando-o como uma nova esperança do movimento sindicalista e libertário.

Espoir, Combat Syndicalist, Frente Libertária reproduziram fac-símile do seu primeiro número, acompanhando de comentários alusivos ao renascimento da gloriosa CGT.

Industrial Worker de Chicago fez-lhe larga referência do que extrairamos algumas partes.

Pela primeira vez desde 1930, *A Batalha*, órgão oficial da Confederação Geral do Trabalho recomeçou a sua publicação.

A sua publicação de novo é indicativo dos esforços feitos pelos anarcosindicalistas de Portugal para criar uma revolução total fora da semi-revolução que expulsou a arcaica ditadura portuguesa.

Desde o seu primeiro número editado em 23 de Fevereiro de 1919, o jornal teve uma variada e agitada existência. Oito anos depois do seu aparecimento foi suprimida por Salazar em 1972».

Depois de se referir a sua vida clandestina, *IW* continua:

«Agora *A Batalha* reaparece com uma tremenda tarefa à sua frente de embater a massiva propaganda e actividade comunista que ameaça trair os trabalhadores como o fizeram em Espanha há quase quarenta anos.

Depois de aludir às posições que os comunistas têm tomado, mesmo os recentes apelos ao trabalho voluntário num domingo, apesar do desemprego, *IW* comenta:

«Em troca destes favores aos ricos e poderosos, os comunistas desejam ganhar o reconhecimento exclusivo da sua organização federativa — refere-se, certamente, à Intersindical — o que significaria o seu total controle.

IW faz votos pelo triunfo da CGT e de *A Batalha*.

Publicações Recebidas

Construir 1 — Boletim do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Lisboa — Insere vários artigos sobre a actividade sindical da classe, e marca uma firme posição do sindicalismo sem alienação a partidos políticos.

Portugal Socialista — Órgão central do Partido Socialista. Fez a sua primeira edição, que agradecemos.

Volontá — Revista anarquista italiana, de Setembro-Outubro. Com diversos artigos doutrinários e de análise a acontecimentos mundiais.

Voz Anarquista — O grupo Libertário de Almada propõe-se editar «Voz Anarquista» como veículo dinamizador do movimento e da divulgação das ideias anarquistas.

Informes, colaboradores e requisições de exemplares podem ser dirigidos para o Apartado 52 — Almada.

EDIÇÕES LIBERTÁRIAS

Encontram-se à venda diversas obras de divulgação doutrinárias, editadas pela Editora Germinal, do Rio de Janeiro, nas Livrarias «Quadrante» na Avenida Luis Bivar, 85-C e «DINA LIVROS» na Travessa do Convento a Jesus 15, r/c., em Lisboa.

Outras edições e jornais espanhóis, franceses e italianos encontram-se à venda na nossa sede.



Comício da LUAR na Figueira da Foz

LUAR — POR UM SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO DE BASE

Figueira da Foz, 16 de Novembro — comício da LUAR sob o tema «Como foi gasto o dinheiro do assalto ao Banco de Portugal da Figueira da Foz em 1967».

Na mesa, entre outros, Palma Inácio, Camilo Mortágua e Fernando P. Marques. Por ordem de entrada falaram: **Hernesto** que apelou para a auto-organização dos trabalhadores fora das posições partidárias e para a revolução Socialista. **Samuel Eletrério** fez uma pequena história da escola, como instituição, dizendo que o papel da escola numa fase atrasada era feita numa relação de produção mestre-aprendiz (o primeiro ensinava e o segundo aprendia). Numa fase avançada, ou a actual, ensino/aprendizagem está separada do ofício ou emprego; assim o ensino primário «cria» os operários, o liceal funcionários, o técnico quadros médios e finalmente do ensino superior saem os quadros directivos. **Frizou** que na sociedade capitalista esta diferenciação está totalmente ligada à condição de classe dos elementos que frequentam os diversos graus de ensino, sendo as classes exploradas as que são principalmente atingidas pois pela sua situação económica logo que os filhos terminam o ensino primário vão trabalhar para equilibrar a economia familiar. **Henrique João** falou acerca do papel da juventude revolucionária no processo revolucionário. Apontou a situação que o jovem trabalhador se encontra se quiser estudar à noite. Além de trabalhar 8 ou 9 horas por dia não possui escolas perto de casa, transportes rápidos e locais onde possa tomar refeições rápidas. Terminou dizendo que só a Revolução Socialista alterará esta situação e que o papel do jovem trabalhador é fomentar as lutas nas fábricas e nos campos. **Maria José** apontou o papel da mulher na Revolução. afirmou que a mulher não deseja um «estatuto» específico mas um tratamento digno de pessoa e de trabalhadora e que as razões do sofrimento da mulher são as mesmas das do homem: o sistema capitalista e a verdadeira libertação da mulher está na sua tomada de consciência de classe o que a levará imediatamente a combater pela Revolução Socialista. **Fernando Madureira** falou sobre o saneamento dizendo a certa altura que os partidos da coligação ao dizerem que «o que é necessário é consolidar a Democracia» esquecem que a verdadeira origem do 28 de Setembro foi que notórios fascistas continuavam nos mesmos lugares do que antes do 25 de Abril. **Fernando Marques** referiu-se à «Importância de um projecto revolucionário — a emancipação dos trabalhadores». Depois de dizer que os capitalistas interpretam o programa do MFA à sua maneira disse que só os

trabalhadores darão um carácter progressista ao mesmo programa. Terminou definindo como pretende a LUAR lutar pelo socialismo: através de Comissões de trabalhadores nas fábricas e nos campos que, autonomamente, organizará as lutas dos mesmos. **Camilo Mortágua** falou o significado do aparecimento da luta armada no processo de libertação do povo português. Depois de historiar rapidamente a criação da LUAR explicou que a palavra de ordem «Na unidade Revolucionária construiremos o Socialismo» afirmando que tal palavra não surge após o 25 de Abril pois já antes da organização punha os seus meios técnicos e materiais ao serviço de outras organizações que deles necessitassem. Assim a LUAR não pode ser acusada de sectarismo pois verdadeiramente não esquece que o verdadeiro inimigo dos trabalhadores é o capitalismo. Definindo politicamente a organização, **Mortágua** disse que ela não era a vanguarda do povo, mas que somente pretendia ser um elemento dessa mesma vanguarda. **Frizou** também que a ela, LUAR, não lhes competia dizer quem era a vanguarda, se esta ou aquela organização pois isso competia à classe trabalhadora. Para terminar falou **Palma Inácio**. Começou por explicar que o núcleo inicial tinha decidido em dar a vida e a liberdade somente com a condição de que fossem os capitalistas a subsidiarem a organização. Em seguida disse que o assalto ao banco tinha rendido 29200 contos, porém como 25000 não se conseguiram cambear em virtude das medidas tomadas pelo governo, só restou verdadeiramente o restante que foram gastos ou em material bélico como em preparar pontos de apoio logístico. Terminou dizendo que a LUAR nunca recebeu dinheiro de potências estrangeiras, apesar de ter recebido uma oferta de tal, porém isso implicaria imediatamente uma dependência política, o que sempre a LUAR recusou. Além disso se na altura do fascismo a organização sabia onde ir buscar os fundos, se a reacção voltar ela saberá tornar a expropriar os capitalistas para se manter.

No comício estavam presentes perto de 2500 pessoas que se mantiveram sempre num estado de atenção para as diferentes análises de cada orador. Durante o intervalo **Francisco Fanhais**, **Vitorino** (nosso companheiro do MLP) e um grupo coral de alentejanos cantaram canções revolucionárias. A sala, além das bandeiras da organização, estava decorada com dois estandartes, estava decorada com dois estandartes, estava decorada com dois estandartes, estava decorada com dois estandartes «A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES» e «NA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA CONSTRUIREMOS O SOCIALISMO».

Director

EMÍDIO SANTANA

Propriedade da

COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração

Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq., LISBOA

Composição e impressão

Tip. E. N. P. — Auxílio Comercial de Portugal

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Para Portugal e ilhas adjacentes:

10 números 22\$00
12 números 26\$00
20 números 42\$00

Para o Estrangeiro:

10 números 32\$00
12 números 38\$00
20 números 62\$00

Assinatura de apoio anual 100\$00

A BATALHA

Trabalhadores, amigo de *A Batalha*! No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de *A Batalha*, que trabalhem pela sua difusão e propagação.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial *A Batalha*.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E

A participação dos Anarquistas na REVOLUÇÃO RUSSA

A revolução russa de 1905-1906 foi uma espécie de ensaio geral da que se iria seguir doze anos mais tarde. Esta primeira borrasca desvendou a pobreza do programa dos partidos ditos revolucionários: socialistas-revolucionários, social-democratas (mencheviques e bolcheviques) e o *bund* (partido social-democrata judeu).

O seu minimalismo teve grande responsabilidade na estagnação e derrota do movimento. Disso tomaram consciência muitos dos militantes de base mais activos, dessas organizações; deixaram-nas em massa para criarem ou se juntarem a grupos anarquistas que «nasceram como cogumelos após a chuva». Estes grupos usaram a acção directa, sem se embarçarem com fraseologia e cálculo histórico. Durante os anos de 1906-1910 declarou-se uma guerra de morte ao czarismo e seus sectários.

Esta guerra civil assume vários aspectos: intervenção directa de apoio à greve, atentados e luta armada contra os agentes de repressão ou os seus cúmplices. Tudo isto acompanhou-se da difusão em grande quantidade de publicações, panfletos, jornais... Assinalamos que entre 1904-1917 apareceram 23 publicações libertárias diferentes, quer originárias da própria Rússia, quer impressas no estrangeiro e introduzidas clandestinamente. Os fundos necessários a todas estas acções eram obtidos por expropriações (correntemente chamadas «ex»). Cometeram-se excessos, certos grupos consagravam-se mais às «ex» que à luta social. O terrorismo tornou-se por vezes a única forma de expressão política.

Houve adeptos de Ravachol e de E. Henry, que se denominavam «besmotivniki» (sem motivo). Mas paralelamente ocorreram acções decisivas: Borissov, o ex-socialista revolucionário convertido ao anarquismo, fez evadir, em 1907, um grupo de marinheiros do Potemkine, condenados à morte. Quando Borissov, com a idade de 27 anos, foi julgado e executado em 1909, em Sebastopol, 109 membros do seu grupo compareceram com ele, 4 dos quais condenados à pena capital.

O grupo Goulaï Polié, em ligação com os militantes da Ekaterinoslav, subvencionou três tipografias clandestinas graças às suas «ex» (lembramos que o jovem N. Makhno participou nelas activamente, foi preso e condenado à morte, com a idade de 19 anos, sendo a pena comutada em trabalhos forçados perpétuos).

Para dar uma ideia do número de combatentes libertários e da ferocidade da repressão, encontramos num número de 1908 da revista anarquista russa *Bouriévstnik* (o anunciador da

tempestade) uma lista de 170 anarquistas presos e condenados, unicamente em Odessa, no decurso do ano de 1907; cerca de 50 entre eles tinham sido condenados a pena capital e uma trintena executados; entre estes últimos encontrava-se Matiouchenko, o «meneur» da insurreição do Potemkine, antigo simpatizante bolchevique que se tornara anarco-sindicalista.

Foi assim às centenas e aos milhares que os anarquistas pagaram um pesado tributo à revolução; não o negando, os historiadores bolcheviques mostram-se bastante discretos sobre este período do anarquismo russo. Foi nesse período, a despeito dos erros e excessos cometidos, que muitos gérmens libertários se espalharam entre os trabalhadores, mais inclinados a acreditar na realidade dum acção directa que em promessas e lições de moral política, prodigalizadas de longe, do exílio ou na legalidade, fora do perigo.



Nestor Makhno — militante anarquista em Gulyai-Polye

A guerra de 1914 provocou uma grave crise no movimento anarquista russo e internacional, por causa da tomada de posição, favorável à França, dum grupo de militantes conhecidos (Declaração dos 16: Kropotkine, Jean Grave...). Todavia, a maioria dos militantes não tomou partido por qualquer dos beligerantes e soube conservar princípios internacionalistas.

A quase totalidade dos militantes russos achava-se então, quer no estrangeiro (nos EUA uma organização de operários libertários que possuía um jornal quotidiano agrupou cerca de 10 mil emigrados), quer na prisão ou deportados na Sibéria. Kanev assinala a existência de 6 grupos activos na Rússia que reuniam 220 membros. A revolução de Fevereiro de 1917 deu uma expansão extraordinária ao movimento, com o regresso de emigrados e de numerosos presos. A propaganda aumenta e os efectivos sobem numa rapidez louca: a federação de Moscovo conta, em Junho de 1917, 60 grupos filiados; a federação anarco-comunista de Petrogrado conta

18 mil membros na véspera de Outubro.

Pedro Archinov, memorialista da Makhnovtchina e membro activo da federação de Moscovo em 1917, avaliava em 30 a 40 mil o número total de militantes anarquistas russos. Kanev mencionou 21 cidades com implantação anarquista, segundo as publicações e outras actividades militantes recenseadas (todas estas estatísticas apenas dizem respeito à Rússia, não incluindo a Ucrânia, a Transcaucásia, a Sibéria, os países baltas...). Segundo Kanev, a influência dos anarquistas é máxima nos períodos de 1918, época em que se acham implantados em 73 cidades russas. Anatole Gorelik assinala o aparecimento de uma centena de jornais ou periódicos libertários entre 1917 e 1921, na Rússia e na Ucrânia.

Este crescimento dos efectivos baseia-se num bom acolhimento pela massa operária. A um plenário organizado pela federação anarco-comunista de

viques. Kanev reconhece o mérito da acção dos anarquistas durante estes dias, mas acrescenta que foi um exemplo da maneira «como se não deve fazer a revolução».

De resto Kanev recolheu dez artigos de Lenine, escritos entre Fevereiro e Outubro de 1917, consagrados à crítica do anarquismo. Lenine considerava então que o dilema se punha ao seu partido nos seguintes termos: «ou os bolcheviques se colocavam à cabeça das acções revolucionárias no combate que se preparava ou as massas a ocupariam «à anarquista» da velha ordem». É nessa época que ele declara igualmente que «o anarquismo aparecia como a punição pelo pecado do oportunismo, o seu reverso, uma reacção contra o cretinismo parlamentar».

Lenine aconselhava a tomar o poder sem esperar pelo II Congresso dos soviets, «senão a presente vaga de anarquismo pode tornar-se mais forte do que nós». Mais tarde apreciará os mesmos factos a uma luz diferente e escreverá: «o perigo do anarquismo é sempre possível na revolução» e «do anarquismo à contra-revolução vai apenas um passo». Então já os anarquistas não eram necessários para lhe tirar as castanhas do lume.

Entre os dirigentes de acções decisivas encontraram-se os marinheiros anarquistas Justino Zouk e Anatole Zelesriakov. Zouk é um dos cinco responsáveis na reunião de 2 de Agosto de 1917 do núcleo de iniciativas para criar a guarda vermelha. Frente às delongas dos bolcheviques ele declarou-lhes: não se pode girar à volta da panela. Não se pode esperar, é preciso começar imediatamente a bater a burguesia.

No assalto ao palácio de inverno, Zouk comandou um destacamento de 200 guardas vermelhos dos estaleiros navais

de Schlüsselbourg. Após o assalto Zelesriakov foi nomeado comandante. Mais tarde dispersou a Assembleia Constituinte, foi procurado algum tempo pela Tcheka e pereceu num combate com os «brancos», à testa dum comboio blindado. Zouk veio também a morrer lutando contra os «brancos».

Quatro anarquistas fizeram parte do Estado maior insurreccional do comité revolucionário militar, criado paralelamente ao soviets de Petrogrado: o anarco-comunista Bleikhman, o anarquista independente Bogatsky e os anarco-sindicalistas V. Chatov e E. Yartchouk.

Numerosos anarquistas lutaram contra as reacções «brancas» de Kerensky, Krasnov, Denikine e outras, segundo Kanev. Este menciona ainda um certo número de anarquistas que tomaram parte na criação de soviets e tiveram assento nos seus comités executivos, etc.

Por conseguinte, até aos dias de Outubro, tudo corre pelo melhor entre anarquistas e bolcheviques que muitas vezes lutaram lado a lado pelo poder dos soviets. É a partir da instituição dum governo «soviético» auto-designado pelos bolcheviques, exprimindo a sua pretensão a tudo reger e a monopolizar a vitória, que as relações se vão deteriorar.

Tornar-se-á evidente que os meses de luta e experiências comuns não dissiparam o velho antagonismo entre os defensores dum poder revolucionário centralista e autoritário, ao qual se identificam, e os partidários da tomada em mãos, directa e colectivamente, pelos interessados — os trabalhadores —, da vida social e económica, através dos organismos de base nascidos com a revolução: os soviets.

(Alexandre Skirda, em *Outubro Libertário*)

EDITORIAL

Foi agora divulgado o texto dum lei sindical, da qual se conhecem já três textos diferentes, para, segundo se diz, ser apreciada pelos trabalhadores, mas não lhes concede nem tempo nem recurso para de facto a analisarem.

É sistemático que partindo de certos meios o «desejo» dessa lei, especificadamente da Intersindical, não apareça desses mesmos meios nem crítica nem uma posição.

Tal projecto de lei, pelo acervo de contradições jurídicas, pela ignorância do desenvolvimento do processo sindical do nosso meio operário, seria já um desastre, mas agrava a circunstância de ser a negação da liberdade sindical, ou, por outros termos, o regime corporativo que foi extinto noutros moldes.

E cabe perguntar: a quem interessa aquela legislação que irá manietar os trabalhadores e os sindicatos a cúpulas dirigistas já formadas? E quem a pretende e quem a legisla apercebe-se da sua fragilidade se os trabalhadores a repudiarem como será inevitável?

Será esta legislação que pretende garantir numa determinada cúpula o governo do sindicalismo como o está fazendo com infeliz resultado os despachos do Secretário do Estado do Trabalho?

A liberdade sindical, conquistada no 25 de Abril se o Estado a quer reconhecer só pode ser legislada por um único artigo:

Art.º 1.º — É RECONHECIDO AOS TRABALHADORES O DIREITO DE SE ORGANIZAREM SINDICALMENTE.

É preciso que os trabalhadores e os sindicatos tomem uma posição de crítica em face dessa lei de cariz corporativo a emergir num chamado processo de democratização.

AVENÇA

A BATALHA